Página 118. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 111
Rub.

Ofício n. 066/2021/GDEJL

Florianópolis, SC, 05 de outubro de 2021

Exmo. Sr. Deputado
Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Senhor Presidente,

No dia 23 de setembro do corrente ano a Comissão de Segurança Pública abriu suas portas aos representantes de diversas entidades da Segurança Pública do Estado e à sociedade civil, em audiência pública realizada no Plenário Osni Régis a requerimento dos deputados que ora subscrevem.

A Audiência Pública do dia 23 tinha como objeto a discussão em torno da proposta de emenda da Reforma Linear, protocolada nos autos do PLC 12.0/2021, também pelos Deputados Jessé e Bruno, que lavram o presente ofício.

Dada a relevância dos posicionamentos publicizados na oportunidade, tanto a favor da Emenda quanto contrários, entendemos que é primordial, para a boa análise do Projeto de Lei Complementar pelos Deputados, a presença da Ata da referida Audiência Pública nos autos do processo legislativo.

Desde a entrada da matéria nesta Casa, a mesma fora instruída com diversas manifestações populares oriundas de câmaras de vereadores de todo o Estado e outras entidades, razão pela qual é de valor a juntada também da Ata da Audiência citada.

Sob essa égide, vimos, os subscreventes, **requerer** a anexação da Ata da Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública do dia 23/09, nos autos do processo legislativo do PLC 12.0/21.

Respeitosamente,

Deputado Jessé Lopes

Deputado Bruno Souza

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
RECEBIDO EM 05/10/2021
FUNCIONÁRIO 15:21

Gabinete do Deputado Jessé Lopes
Palácio Barriga Verde, Gabinete 36, Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro, Florianópolis, SC
+55 (48) 3221-2698

Página 119. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 112
Rub.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A PROPOSTA DE EMENDA DA REFORMA LINEAR DOS SUBSÍDIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA CATARINENSE, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2021, ÀS 11H, DE FORMA SEMIPRESENCIAL, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) — Com a proteção de Deus, iniciamos hoje mais um trabalho na Assembleia Legislativa. E quero que conste em ata que eu fiz a liberação do pessoal que está na rua para compor a plateia da nossa audiência pública.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, todos que participam presencialmente, os que estão participando pela Internet, em nome do soldado Richard, que ontem foi baleado em Imbituba e está se recuperando, um bom-dia a todos.

Hoje estamos aqui, sem dúvida alguma, para tratar de um dos assuntos mais importantes que deve tramitar nesta Casa este ano, que é a reposição salarial da área da segurança pública, este que, na minha opinião, é um dos setores mais importantes do Estado.

Eu quero parabenizar a iniciativa do Governador Moisés por mandar para esta Casa essa proposta, que, com certeza, é muito bem-vinda após oito anos sem algum reajuste inflacionário. Mas nada é tão bom que não possa melhorar. Por isso nós temos, eu e o Bruno, uma proposta de emenda para melhorar ainda mais e, para conhecimento de todos, é moral e é constitucional.

Na proposta do governo, o mais alto escalão é privilegiado com R$ 5.600,00, enquanto o praça, o soldado, com R$ 1.400,00. A nossa emenda é linear e visa pegar o orçamento disponibilizado, sem um real a mais, sem nenhum custo a mais para o Estado, e dividir igualitariamente, concedendo R$ 2.122,00 para todos, contemplando assim aqueles que realmente têm uma perda inflacionária maior.

Que Deus possa nos abençoar nesta manhã de quinta-feira. E, como diz o Provérbio 16:18, "a soberba precede a ruína, e a altivez do espírito, a queda".

Com essa introdução, declaro aberta a nossa audiência pública e, ao final de todas as falas, eu farei a minha manifestação.

Passo a palavra para o Deputado Estadual Bruno Souza, também autor do projeto e da audiência pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA — Bom dia a todos.

Muito bem lembrado, Deputado Jessé, o soldado Richard ontem foi alvejado, se eu não me engano cinco vezes, e hoje passou por cirurgia e aguarda a recuperação. Muito bem lembrado aqui e nós todos devemos orar e torcer pela breve e pronta recuperação do soldado.

Quem acompanha o meu trabalho sabe que eu sou um liberal, que defendo um Estado mais eficiente e que consiga entregar para a população um pouco mais do que

ANITA GARIBALDI 200 ANOS

Página 120. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 113
Rub.

entrega habitualmente. Nós criamos um grande Estado, ineficiente, custoso e que entrega pouco. Entretanto a segurança pública, a segurança, o Estado... segundo algumas teorias o Estado nasceu justamente para tirar o homem do estado de guerra de todos contra todos, surgiu justamente para impedir que o homem seja o lobo do homem.

Por mais que defenda, e eu quero e irei lutar por um Estado muito menor do que esse agigantado modelo que temos no Brasil, a segurança pública sem dúvida é a função originária e primeira do Estado, é aquilo que é mais difícil realmente nós pensarmos em tirar das funções do Estado. Por isso que toda a decisão que nós temos que tomar sobre a nossa segurança pública, esta deve ser muito bem sopesada, devemos analisar, devemos pensar, ainda mais quando nós vivemos uma situação orçamentária como a atual.

Em que pese muitas vezes se propagar por aí que o Estado está em boas condições financeiras, isso não é verdade, isso não é verdade. Nós vivemos um breve momento de aumento de arrecadação por conta da inflação, não por conta de que nós passamos por uma grande recuperação econômica. Nada disso! A inflação faz com que o preço dos produtos suba, com isso a base tributária, na qual incide o imposto, aumenta e o Estado arrecada mais. É apenas isso.

Então toda a decisão sobre em que investir esses poucos recursos tem que ser muito bem pensada. Por isso acredito que a ocasião de hoje é um bom momento para discutirmos isso, ouvirmos as vozes que talvez até agora não conseguiram se manifestar ou que precisavam se encontrar de alguma forma, e este é o Parlamento, o lugar em que as vozes se encontram.

Então, é com muita expectativa de que nós possamos avançar nesse debate que iniciamos os trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) — Obrigado, Deputado Bruno.

Vou deixar primeiramente os participantes terem a sua fala de cinco minutos, para ao final dar espaço para os Deputados e para as autoridades presentes se manifestarem.

O primeiro seria o senhor Décio Vargas, consultor executivo de Negociação e Relações de Trabalho, representando o Secretário de Estado da Administração, que não pôde comparecer hoje.

A segunda seria a dona Luciana Silva Pinto Maciel, diretora-geral da Segurança Pública, Delegada de Polícia Civil, representando o Colegiado da Segurança Pública, também do governo, mas não pôde se fazer presente - mesmo tendo colocado o seu nome aqui, hoje, acabou declinando.

A Acors teria mandado o seu representante, o Sérgio Luís Sell, Coronel, presidente da Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Não pôde vir, ficaram abertas as portas, mas ele mandou um ofício que farei a leitura.

(*Passa a ler.*)

"Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente agradecer o convite para participar da Audiência Pública que irá debater a proposta de emenda da Reforma Linear dos subsídios da Segurança Pública catarinense.

Todavia, informo da impossibilidade de comparecimento para debater tal assunto, eis que há bastante tempo estamos discutindo com o Governo do Estado a reposição inflacionária e, tal assunto já foi incansavelmente discutido entre a SEA e as 16 Entidades Representativas da Segurança Púbica, de Militares Estaduais, da Polícia Civil e do Instituto Geral de Perícias, onde, todas concordaram com a proposta do Governo. Porém, para surpresa de todos, a Diretoria da APRASC mudou de opinião.

ANITA 200 ANOS

Página 121. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 114
Rub.

Inclusive as demais entidades representativas de militares estaduais têm se reunido com regularidade, e, no dia 21 de setembro (ontem) emitiram uma Mensagem assinada por 7 Entidades de Oficiais e de Praças, corroborando com o prosseguimento no trâmite do projeto encaminhado pelo Governo à ALESC.

Dessa forma, informo que a ACORS não participará da Audiência Pública, pois cabe ao Governo do Estado, autor do projeto, expor os parâmetros que definem a proposta de reposição inflacionária encaminhada à ALESC.

Encaminhamos à V. Exa. o documento assinado pelas 7 entidades, para, sendo do vosso interesse, realizar a leitura na audiência.

Permanecemos à vossa disposição para outras demandas.

Respeitosamente." (*Cópia fiel.*)

Então aqui está a nota da Acors, que diz que esteve em conversa com o governo do Estado, discutindo incansavelmente com a SEA, só que hoje a proposta está nesta Casa e a conversa tem que ser com os Deputados. Aqui não é um cartório em que o governo manda para cá e nós vamos carimbar sem debater o assunto. Pecam quando dizem esse tipo de coisa aqui. Soberbo.

Agora, se dezesseis entidades participaram e apenas sete assinaram, é outro sinal de que não há uma concordância, de que não há uma unanimidade em relação à proposta do governo. E eu estou na rua, eu estou nas redes, eu estou na Casa e eu sei que não é unanimidade, está muito aquém disso.

Dando sequência, a próxima fala é da senhora Margareth Hach Pratts, diretora da Associação dos Subtenentes Militares Estaduais, Associação Triângulo Dourado, por até cinco minutos.

A SRA. MARGARETH HACH PRATTS — Bom dia, senhores; bom dia, nobre Presidente desta audiência, Deputado Jessé Lopes; bom dia, Deputado Bruno, saudações; meu estimado Subtenente Floriano, nosso Deputado.

Representar a Associação Triângulo Dourado, neste momento, Deputado Jessé, passa por lhe pedir talvez um minutinho ou dois a mais além do tempo que o senhor me forneceu, daqueles que não quiseram se fazer presentes. Mas eu gostaria, com muita grandeza, de trazer até aqui o pensamento estudado pela subtenente Margareth Pratts, em nome da Associação Triângulo Dourado, criada no último ano, Deputado Bruno, na aprovação da Lei 765. Somos subtenentes ativos e inativos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, somos uma Associação exclusiva de subtenentes. Combatemos o bom combate e lutaremos com muita propriedade por aquilo que chamamos de respeito à lei. E concordo com o senhor nobremente, Deputado Jessé, esta é a Casa e o lugar para se discutir leis. Se não, não estamos no lugar certo, não é verdade? É aqui que a gente se corrige e não se permite que sejam feitos jabutis, vírgulas fora dos lugares.

E com muita propriedade a Triângulo Dourado assinou o documento apoiando a Acors e algumas associações naquilo que diz respeito ao encaminhamento do projeto de lei do governo, quando fala, logo no ofício de encaminhamento, do reajuste ao subsídio mensal dos integrantes da segurança pública. Nós apoiamos. Não concordamos com o percentual disponível neste momento, porque entendemos que com o passar do tempo temos muito mais coisas a receber, mas, no entanto, não podemos abrir mão de algo que está disponível agora e que precisamos, sim, organizar e trazer para cá.

Então, Deputado Jessé, Deputado Bruno, Deputado Floriano, a ATD confirma que ela aprova esse quesito do segmento, aquilo que eu entendo como legislação, Deputado. Eu me debrucei amplamente nesse projeto e iniciei pelo ofício de encaminhamento, passei pela exposição de motivos e discorri fielmente dentro do PLC 12, e causa-me estranheza

ANITA 200 ANOS

Página 122. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 115
Rub.

que o documento inicial de exposição de motivos faça referência exatamente às legislações que criam o nosso segmento: Lei 609, Lei 610, Lei 611 e Lei 614 dos militares estaduais. Muito bem, se a Lei 614 cria subsídio para segurança pública, por que ela não é referenciada no PLC? E aqui eu falo em 765, aborta-se a 614 - e aqui nós podemos conversar seguidamente no que é linear.

Então começamos, nobres Deputados, e eu peço com muita tranquilidade que possamos ir além do querer, do meu querer, do querer inflacionário, de querer lineares, de querer... Não! Nós precisamos ter uma lei justa, e é dentro dessa Casa que se faz justiça, porque senão para que serve a justiça, se não para colocar cada um conforme o previsto na nossa Carta Constitucional, artigo 5º, em que todos são iguais perante a lei, perante a sua lei.

Então nós temos que ter essa propriedade escrita, porque se nós entregarmos para os senhores um emaranhado de papéis e não tivermos capacidade de defender a nossa lei, seremos hoje os veteranos de agora, que somos, que represento neste momento, enforcados e afogados na mesmice de um corredor. E não é isso que podemos fazer! Estamos plantando legislação hoje para o futuro, porque a minha está ali, corroída como foi na 765, como está tentando se passar agora alguma coisa despercebida e que nós vamos conversar, com certeza. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Mas, então, meu nobre Deputado Jessé, meu nobre Deputado Bruno e meu amigo Deputado Floriano, agora eu lhes peço: por favor, nós precisamos conclamar e ser aquilo que nós somos enquanto classe de segurança para a sociedade. Sermos respeito, não nos digladiar. Isso é feio, senhores, desculpem a minha sinceridade, é feio se digladiar, é feio se ofender, pois nós temos princípios.

Então eu lhes peço, colegas da Aprasc, presidente da Aprasc, presidente da Aberssesc, presidente da Alvorada, meu vice-presidente da Sinpol e colegas, juntos nós seremos, sim, mais fortes, mas juntos por uma lei correta, escrita e amplamente combatida. Não é só a questão financeira, é questão do direito do amanhã.

Muito obrigada e agradeço aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra o próximo participante, senhor João Carlos Pawlick, subtenente da Polícia Militar e presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), por até cinco minutos.

O SR. JOÃO CARLOS PAWLICK – Bom dia, Presidente Jessé, bom dia Bruno, nosso Deputado que eu acompanho nas redes; Deputado Floriano, que chegou há pouco; nosso vice-presidente da Aprasc, diretores e os que nos acompanham pela rede social.

Eu queria dizer que participamos de todas as reuniões e assim que pisamos na Aprasc a primeira coisa que nós fizemos, o zero um, foi a reposição das perdas inflacionárias. Queria dizer que eu participei diretamente para que essa lei estivesse aqui nesta douta Casa e sendo agora discutida. E quando eu falo aqui na 254, eu quero dar a minha continência aos nossos diretores da antiga Aprasc que foram perseguidos, jogados na rua e que sofreram com as suas famílias, porque causou um grande problema psicológico naquela novembrada de 2008, e muitos dos que estão aqui me ouvindo sabem do que eu estou falando.

Então a Aprasc fez o seu compromisso, ela pegou uma reposição que estava parada há seis anos, assim que eu entrei, e ficamos trabalhando, trabalhando e trabalhando para que ela aportasse nesta douta Casa, sim, pois é aqui que tem que ser resolvido esse tema. E quero deixar aqui o meu muito-obrigado aos senhores por terem recebido a Aprasc e várias

ANITA 200 ANOS

Página 123. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 116
Rub.

outras denominações, inclusive equipes que se diziam fora da Aprasc e tudo mais. Por quê? Porque eles passaram nos quarenta Deputados e falaram da situação da 254.

Pois bem, senhores, a 254, se ela fosse colocada agora... e a gente sempre fala que está lá naquela sala do Presidente do Tribunal de Justiça, o Tolentino, se alguém for lá vai ver, se eu não me engano, não quero ser aqui o intelectual, está escrito *dura lex, sed lex*. Quer dizer que as leis são duras, Deputados, mas são leis, e a Lei 254, se fosse colocada hoje nesta Casa, nós teríamos aí um soldado de 3ª classe ganhando R$ 8 mil, Deputados, R$ 8 mil.

Eu sei que a gente tem que pegar aquela sopa, dividir em partes para poder chegar, e eu agradeço aos senhores que lutaram e labutaram por todos nós que estamos na base, que levamos o piano, que saímos de casa e não sabemos se vamos voltar. Quem ganha mais, poupa mais e tende a ter uma gordura, mas quem não ganha nada, não poupa nada e gasta tudo com o básico. Nós temos que pensar na nossa base, só que o senhor sabe muito bem, está na rede que a nossa Aprasc se esfarelou com tudo isso aí, com o governo empurrando os nossos 3°, 2° e 1° sargentos com um percentual bem aquém, não muito aquém, mas o subtenente pegou 22%, a nossa base chegou a 32% e os nossos guerreiros, que são os 3° sargentos, que eu quero fazer aqui, que a antiga administração também conseguiu na época o que hoje nós estamos tentando acabar. É a carreira e ela influi também no salário. E por que o governo não deu hoje para os 3° sargentos, também para os 2° e os 1°, um percentual tipo o de subtenente ou tipo o dos cabos e soldados? Porque a maioria, senhores, são os nossos guerreiros, que não podiam ir embora como soldados naquela época porque não tinham a oportunidade de crescer, e eu vim aqui sempre pedindo pelos 3°, 2° e 1°.

Não somos contra o que os senhores estão fazendo, mas a Aprasc sempre leva a culpa. Na outra vez já levou, lá atrás: ah, os 17% não vieram por causa da Aprasc. Não foi por isso, senhores. Estavam tirando o nosso direito adquirido do grau acima, que está sendo jogado boca abaixo. O governo faz pressão gigante, hoje eu apanho dos oficiais, dos subtenentes, dos sargentos e dos cabos por manter uma assembleia geral que a gente garantiu, sim, a palavra para poder entrar essa reposição aqui dentro.

Nós garantimos isso aí, e agora esfarelamos a nossa associação, cada um olhando para o seu umbigo na realidade, muitos preocupados com o amanhã, e eu não quero impedir ninguém de lutar. O pessoal que veio hoje por conta própria nós vamos ajudar a ressarcir, porque eles estão lutando pelos seus direitos. É aqui na douta Casa que nós temos que fazer e discutir, sim, isso aí. Muitos dos quarenta Deputados sabem o que é a 245, mas muitos eram novos em 2008 e não acompanharam isso aí.

Então fica aqui o meu agradecimento e eu quero dizer que não vamos ser contra nada, vamos botar essa reposição salarial na mão dos senhores. Os senhores têm que fazer justiça, porque a Justiça, assim como as cobras, tende a morder os pés descalços.

Esse era o meu pronunciamento. Quero agradecer a oportunidade e estamos juntos aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Quero mencionar a presença do Deputado Lima, que está *on-line* conosco, do Deputado Floriano e da Deputada Luciane Carminatti, que não pôde comparecer, mas deixou aqui a suas desculpas por não estar presente, enfatizando que gostaria muito de estar aqui.

Passo a palavra para o próximo participante, o senhor Cléber de Paulo Irmão, subtenente da Polícia Militar e presidente da Associação Beneficente e Representativa dos Subtenentes e Sargentos do Estado de Santa Catarina (Aberssesc).

ANITA 200 ANOS

Página 124. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 117
Rubr. 10

O SR. CLÉBER DE PAULO IRMÃO – Bom dia, Deputado Jessé Lopes, Deputado Bruno, Deputado e subtenente Floriano, Deputados que acompanham remotamente e todos aqueles que estão nos ouvindo nas redes sociais e acompanhando pela TVAL.

Quero dizer que a Aberssesc está sempre na colaboração para tudo aquilo que seja necessário trazer para o associado, para os militares, buscando todas as suas melhorias. Quero dizer também que participamos, sim, de toda a construção dessa reposição inflacionária que o governo do Estado de Santa Catarina propôs para a segurança pública. Fomos participantes. Não foi aquilo que desejávamos, Deputado Jessé, mas era o que o governo garantia em repassar para a segurança pública. Aceitamos, embora volto a falar que não foi aquilo que desejávamos de acordo com as perdas inflacionárias.

Eu gostaria também que fosse observado que a gente precisa se pautar em leis, então que se dê uma olhadinha na Constituição Federal, no artigo 37, que traz o que realmente poderia ser feito em relação à reposição inflacionária que está querendo ser aplicada pelo governo do Estado aqui em Santa Catarina. Somos, sim, a favor de uma reposição, não podemos deixar passar. E como foi dito aqui, já que o governo deseja dar uma reposição inflacionária, nós temos, sim, que aceitar e sempre buscar aquilo que é nosso, de forma que a gente não perca mais tudo o que a gente já vem perdendo durante anos.

Era isso o que eu tinha que falar, Deputado Jessé Lopes, e agradeço pela disposição e pela possibilidade deste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – O próximo a falar será o senhor Nilton Cesar Facenda, 3º sargento da Polícia Militar e vice-presidente da Aprasc.

Neste momento, quero mencionar a presença do Deputado Felipe Estevão, que também está conosco *on-line*.

O SR. NILTON CESAR FACENDA – Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a oportunidade e cumprimentar o Presidente da Casa, e assim estendo aos demais Deputados presentes, aos *on-line*, aos presidentes das associações militares e aos meus irmãos de farda.

Quero dizer que o meu nome é Nilton Cesar Facenda, sou 3º sargento PM lá do oeste. Represento, como humilde vice-presidente, uma entidade, a Aprasc, que tem dezessete mil sócios - soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

A Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003, no seu artigo 27, diz: "com base no disposto no art. 23, incisos II e III da Constituição do Estado, fica estabelecido que, excluídas as vantagens pessoais, a relação de valores entre a maior e a menor renumeração do Sistema de Segurança Público será de quatro vezes".

Senhores, para os que entendem de leis, deixo que façam a leitura dela. E com base nessa lei pedimos que a proposta do governo do reajuste salarial linear seja aprovada pelos senhores Deputados, pois assim a lei passará a ser respeitada, e é o que a gente pede na lei.

Para fortalecer o que eu acabei de falar, a gente pediu moções de apoio aos nossos Municípios catarinenses, e tivemos mais de cinquenta moções em pouco tempo para pedir aos nobres Vereadores desses Municípios catarinenses.

Senhores, meus guerreiros, como eu sempre falo nas minhas redes sociais, meus nobres Deputados, os senhores têm aqui o poder da caneta, do voto, de simplesmente nos trazer essa lei para contemplar todos, porque todos somos importantes, mas temos que primeiramente olhar aqueles que realmente estão precisando mais, que são os soldados, os cabos, aqueles que ganham um pouquinho menos e, principalmente, estão na linha de

ANITA 200 ANOS

Página 125. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 118
Rub.

frente enfrentando todos os perigos que encontramos no nosso dia a dia, passando por uma pandemia, dando a sua vida em prol da sociedade, deixando o sono dos catarinenses mais tranquilo.

Muitos não tiveram a oportunidade, se aposentaram como soldados e cabos, com o seu salário pequeno, que todo mundo sabe, que não tiveram o grau acima, que não está sendo respeitado. É nesses que nós, primeiramente, temos que pensar, é naqueles que ganham menos. Não que os que ganham mais não mereçam, eles merecem, mas nós temos o compromisso de defender aqueles que estão passando por situação financeira grave. E todos os dias me ligam dizendo que não têm mais como pagar as contas, que estão com problemas de saúde, de consignado. Então, meus nobres Deputados, pensem primeiramente nesses que estão realmente precisando.

O meu muito-obrigado. (*Palmas.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra para o senhor Vereador do Município de Balneário Arroio do Silva e 3º sargento PM, Clailton de Oliveira, por até cinco minutos.

O SR. VEREADOR CLAILTON DE OLIVEIRA (Balneário Arroio do Silva/SC) – Boa noite, senhor Presidente. Em nome de vossa excelência cumprimento os demais Deputados presentes e os que estão em suas residências. Quero cumprimentar os presidentes das associações, o pessoal lá do extremo sul, os que saíram de suas casas às 5 horas da manhã para se fazerem presentes e brigarem por justiça.

Eu escutei a subtenente Margareth, ela foi feliz, em dizer em respeitar leis, então a gente teria que respeitar a Lei 254, aprovada em 2003. Nós não estamos aqui querendo brigar para que cortem salários. Nós só queremos que se faça justiça e a justiça tem que ser feita na Lei 254, onde vai diminuir quatro vezes do maior para o menor. É o que a gente está lutando. Não estamos aqui difamando, digladiando, até porque nós somos militares e estamos no mesmo barco, e se o barco afundar, vai afundar todo mundo.

Só queremos justiça. É uma palavra pequena, justiça, para se fazer justiça. E os senhores Deputados têm essa prerrogativa nas mãos, porque têm a caneta nas mãos, e de conversar com o senhor Governador, que pode entrar para a história como o Governador que vai fazer justiça com a 254.

Eu entrei em 95 e de lá para cá a gente viu o praça... Eu vou falar do praça. A gente ganha R$ 250,00 de aumento, os senhores que estão lá lembram bem. A gente viu o subsídio do soldado passar de R$ 3 mil para R$ 4 mil e pouco, e estamos vendo agora novamente o soldado ganhar um diferencial um pouco menor.

Eu estava em Criciúma e me chamou a atenção a fala do seu José, que se aposentou como soldado. Ele me falou que se aposentou como soldado e hoje, limpo para ele estava dando uns R$ 4 mil, mas estava sobrando R$ 2 mil para ele, porque o resto ele gastava em medicação. Aí eu perguntei o que ele pretendia. Ele me disse: meu filho, tu és um diretor da Aprasc, eu quero que tu lutes por dias melhores para mim. Fui para casa e fiquei pensando naquilo. Visitamos os gabinetes dos Deputados, e desde já quero agradecer a recepção que tivemos, pois aprendemos muito com os senhores. E a gente foi bem enfático quanto à perda inflacionária que esses soldados tiveram, porque a gente não tem um plano de carreira digno, então a gente não consegue progredir na carreira, sem contar que muitos se aposentaram como cabos e soldados.

Aí temos também os terceiros sargentos, que são jurunas, que estão no quadro especial e que não conseguem progredir na carreira, mas a inflação come o salário deles. O mesmo preço do leite deles é o do outro lado também, que está ganhando bem. Então a

ANITA 200 ANOS

Página 126. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 119
Rubr.

gente tem que pensar nisso. A mesma gasolina para ir trabalhar é a gasolina daquele lá que está ganhando bem.

Não estamos falando para tirar dinheiro de ninguém, mas só que valorize também. Só para os senhores terem uma ideia, a gente não está levando em conta que nos últimos quinze dias nós tivemos dois óbitos, policiais que morreram em serviço, e um policial ontem, em Imbituba, que levou cinco tiros. É esse que está na linha de frente, é esse que passou por uma pandemia, é esse que vai trabalhar com um *x* nas costas e não sabe se volta, e na pandemia ia trabalhar e não sabia se ia voltar para a sua casa com o vírus também. Então, ele tem um *x* nas costas e merece ser valorizado e a valorização, eu digo, senhores Deputados, depende dos senhores.

Senhor Governador, que o senhor se sensibilize, faça justiça, volta a 254. Volto a falar para o senhor, o senhor pode entrar na história colocando a 254 em prática para valorizar esses que estão aqui, aquele pessoal que se aposentou como soldado, como cabo, bem como aquele que hoje está na ativa e não consegue progredir na carreira porque não tem um plano digno.

Volto a falar, não queremos tirar dinheiro de ninguém, só queremos respeito. É isso, o militar só quer respeito, ele quer ser respeitado e o respeito vem no bolso também, porque não é fácil sair de casa... É só olhar quantos militares hoje tiveram que tirar seus filhos de colégios porque não conseguem mais pagar, quantos policias militares que estão ali na Aprasc, sub Pawlick, o senhor está lá, o Facenda, os militares que vão lá pedir cesta básica, porque o salário não dá mais. Esses militares merecem respeito.

Senhores Deputados, volto a falar, os senhores como Legisladores, quando fazem as leis, sabem que as leis são feitas para serem cumpridas. E como foi falado, temos a Lei 254. Façam valer, peçam para o Governador colocar a lei em prática. Não queremos tirar dinheiro de subtenente, de oficial, não queremos tirar dinheiro de ninguém, nós só queremos que se coloque a 254 em prática.

É isso aí. Meus parabéns, guerreiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra para o senhor Alberto Gonçalves de Souza Júnior, professor de Direito Administrativo.

O SR. ALBERTO GONÇALVES DE SOUZA JÚNIOR – Bom dia.

Gostaria primeiramente de agradecer sobremaneira o convite a mim feito para falar sobre um tema que pessoalmente é muito caro, que trata do reajuste dos profissionais da segurança pública.

Antes de começar, eu tenho uma fala bem breve aqui, eu tentei ser muito sucinto, porque é um assunto que a gente pode se debruçar e falar horas. Mas, antes de começar a falar, gostaria de agradecer ao Deputado Jessé Lopes; ao Deputado Bruno Souza; aos Deputados Floriano e Sargento Lima; ao Deputado Felipe, que vejo que está *on-line*, a representatividade que os senhores realizam no exercício do mister da legislatura. Também cumprimento os policiais militares que se encontram presentes, na pessoa do amigo, eu posso assim dizer, João Pawlick, há muito o conheço lá de Santo Amaro, um grande colega.

Sobre o assunto, senhores, eu vou me ater à questão técnica. Não me parece justo quando eu tenho uma legislação que diz que entre a maior e a menor remuneração da segurança pública eu tenho que ter um máximo de quatro vezes e esse máximo não é respeitado, é extrapolado. Se nós pegarmos o artigo 37 da Constituição Federal, o seu inciso X diz que a administração pública vai conceder o reajuste aos subsídios e aos

ANITA 200 ANOS

Página 127. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 120
Rub.

vencimentos dos servidores públicos da forma com que a discricionariedade dela assim dispor, sem distinção de índices. Ressalto: sem distinção de índices.

O projeto proposto pelo governo do Estado não me parece ter ou respeitar essa disposição, nem tampouco a legislação que já se encontra vigente, que é a Lei 254/2003, tendo em vista as características propostas do reajuste.

Eu não posso também fugir do entendimento do STF, que nos orienta que o Judiciário... Eu não posso reclamar isso depois ao Judiciário, eu tenho que resolver isso nas preliminares, eu tenho que resolver isso quando da elaboração do projeto de lei, quando o administrador público, no exercício da sua discricionariedade, concede essa revisão. O Judiciário não pode intervir nessa discricionariedade. Então, justamente esse é o momento de se debater e se discutir.

Um outro princípio constitucional que eu gostaria de trazer aqui aos senhores é o princípio da equidade, da igualdade, que também não me parece estar sendo homenageado através desse projeto de lei. Explico porquê. Foi falado por diversos colegas, diversos pares na tribuna da Assembleia Legislativa que a diferença entre um e outro supera quatro vezes, e a aplicação do reajuste proposto daria uma diferença de R$ 6 mil, aproximadamente, de um salário de um oficial em fim de carreira. Não me parece justo, não me parece razoável conceder um reajuste cujos valores remunerariam mais um soldado. Não me parece justo remunerar uma pessoa, podendo colocar em linha de frente outra pessoa. Não me parece justo.

Além disso, senhores Deputados que acompanham presencialmente e Deputados que se encontram em suas residências, eu queria trazer também um princípio ao qual os senhores devem se ater, que é o princípio da vedação do retrocesso social, que já foi amplamente discutido pelo Supremo Tribunal Federal. E trazer esse tipo de reajuste sem equidade, sem respeito às normas vigentes, às normas legais vigentes e sem respeito às normas constitucionais vigentes não teria um desfecho muito justo.

Então, por isso é louvável o projeto de emenda, uma vez que ele, sim, concede, sobretudo àqueles que estão na linha de frente, na ponta da lança, que estão efetivamente correndo risco e são os mais necessitados nesse momento de pandemia. E dispor de uma remuneração, que já é boa para os padrões brasileiros, e aumentar ainda mais a remuneração, não me parecia ser justo. E o projeto de emenda me parece ser muito salutar, a ponto de homenagear, além da constitucionalidade, a legalidade e os princípios já elencados aqui.

Muito obrigado, senhores Deputados, pela possibilidade de participar deste momento tão importante da história do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Muito obrigado, doutor, pela sua participação.

Passo a palavra para o senhor Paulo César Aguieras, 3º sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, por até cinco minutos. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. PAULO CÉSAR AGUIEIRAS – Eu gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão e, cumprimentando o Deputado Jessé, eu cumprimento os demais Deputados e autoridades aqui presentes.

Eu sou o 3º Sargento do quadro especial do BM; tenho 29 anos de serviço dentro da instituição; e trabalho aqui em Florianópolis no 1º Batalhão de Bombeiro Militar onde desempenho a função de chefe de socorro. Para quem não tem ideia do que seja isso, eu trabalho diretamente no atendimento à população catarinense, no qual, nos últimos tempos

ANITA 200 ANOS

Página 128. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 121
Rub.

de pandemia, temos colocado a nossa vida em risco para atender essa população e as demais solicitações que nos são requeridas.

Eu gostaria de defender aqui a questão da Lei 254/2003. Deputados, é inadmissível que uma lei aprovada no ano de 2003, até o presente momento, não tenha sido colocada em prática por nenhum Governador do Estado. É inadmissível esse tratamento diferenciado em relação aos praças de Santa Catarina.

Eu tenho certeza que a grande maioria dos senhores têm ciência do teor dessa lei, mas vamos lá: no artigo 23, incisos II e III, fica estabelecido que excluídas as vantagens pessoais em relação aos valores entre o maior e o menor salário de remuneração do Sistema de Segurança Pública será de quatro vezes. Isso quer dizer que hoje um salário de um Coronel está em torno de R$ 26.952,00, já o de um policial, de um soldado em início de carreira está R$ 4.821,90. Nós percebemos, Deputados, que há uma discrepância de 5,6 vezes na diferença entre o maior e o menor salário. Isso mostra como nós somos tratados dentro das casernas, pois percebemos que nenhum governo até hoje fez cumprir essa lei que foi tão sonhada por todos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e creio que também por todo o Sistema de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Se essa lei não for cumprida, se não for aprovado o projeto dos nobres Deputados, com certeza, a diferença vai continuar de 4,54 vezes.

Pessoal, eu sei que o tempo é curto, mas eu gostaria de colocar que, com a aprovação desta emenda, os senhores Deputados estarão agraciando mais 80% da categoria da segurança pública do Estado de Santa Catarina. Diante disso, eu gostaria de colocar esse pedido também aos senhores, porque hoje as praças de Santa Catarina, para que elas possam progredir na carreira delas, elas precisam de um concurso interno. Isso quer dizer que o policial que já é concursado, precisa fazer outro concurso para progredir na carreira; porém os nossos oficiais, a cada três anos, eles recebem uma promoção e com isso, senhores Deputados, recebem um aumento salarial. Então, nós, da categoria, sempre temos que ficar nos digladiando e fazendo esses concursos internos para tentar galgar alguma coisa e a grande maioria dos colegas praças aqui não consegue chegar ao posto máximo, que é o de subtenente.

Eu gostaria de agradecer aos Deputados e pedir que apóiem esta emenda, porque os senhores estarão apoiando a grande maioria da segurança pública do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra o senhor Flávio Ribeiro, diretor parlamentar do Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina (Sinpol).

O SR. FLÁVIO RIBEIRO – Bom dia, excelentíssimo senhor Deputado Jessé Lopes, Deputado Bruno Souza, Deputado Floriano, demais colegas representantes das entidades associativas e sindicais. Cumprimento também as pessoas que nos assistem *on-line*.

De antemão, eu gostaria de parabenizá-los por esta oportunidade, por estarmos aqui discutindo a segurança pública, discutindo um assunto tão relevante para uma categoria que muitas vezes se sente esquecida, uma categoria tão importante cujos olhos do governo muitas vezes não se voltam a ela.

É importante mencionar aqui, Deputado Bruno, que essa questão do reajuste salarial tem sido debatida desde o início das nossas gestões, desde o início da gestão do Sindicato dos Policiais Civis. É um tema que tem afligido milhares de policiais civis e tem trazido transtornos muitas vezes psicológicos, porque estamos há oito anos sem uma

ANITA 200 ANOS

Página 129. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 122
Rubr.

reposição salarial, e o nosso plano de carreira está travado. Temos vagas negativas, ou seja, não há reajuste e não há progressão na carreira e, muitas vezes, o dinheiro fica curto e o mês fica longo.

Nós entendemos, sim, que esta Casa é o lugar onde as leis devem ser debatidas, mas não podemos esquecer de um passado extremamente recente em que o governo aporta a lei aqui e, quando algo não sai de acordo com o que ele quer, ele a retira. Causa muita aflição aos policiais pensar que nós podemos ficar sem reajuste novamente. Entendemos, sim, que esse índice que foi apresentado pelo governo fica muito aquém do esperado, mas, repito, não podemos correr o risco de ficar mais uma vez sem nada.

Por isso, nobre Deputado Jessé, elogiamos a preocupação dos senhores, mas o Sindicato dos Policiais Civis apoia o projeto que aportou da forma como veio e entendemos que devemos continuar lutando, brigando e conversando com os senhores para trazer os benefícios ou as melhorias que nós tanto aguardamos.

Então, mais uma vez, sendo breve, nós manifestamos apoio ao projeto tal como está (*palmas e vaias*) e pedimos apoio aos senhores às próximas demandas que esperamos que aportem em breve nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra ao senhor Roberto Luiz Salum, ex-Deputado Estadual.

O SR. ROBERTO LUIZ SALUM – Senhor Presidente, eu não tenho muita saudade desse microfone quando fui Deputado por um ano, porque eu vejo tanta coisa errada e nada mudou.

Quero dar os parabéns ao Deputado Jessé e aos poucos Deputados que estão aqui para dar apoio a vocês. Eu acho que o Governador-Coronel, um dos piores Governadores que eu já vi na minha vida, está querendo que vocês façam o que os outros Estados fizeram: viaturas paradas nos quartéis, pneus furados. Para quê? Para mostrar que o nosso policial está passando dificuldade, fome!

Há quarenta anos neste Estado, eu que me candidatei em cinco vezes, que somei quase quinhentos e poucos mil, com meu suor, sem dinheiro, sem comprar uma pessoa, para tentar ser o Secretário de Segurança... Deputado, nunca inventei, nunca menti para minha consciência para mostrar que a segurança pública nunca foi levada a sério! Um policial lutando contra o outro, é isso que este governinho conseguiu! Cercado por inúmeros seguranças, sem valorizar, policial na cama pagando mais remédio com a sua aposentadoria, um salário miserável e vagabundo! Estão querendo que os homens prisionais soltem as chaves das celas para mostrar que nem o Exército tem condições de cuidar dos presos.

População, este é o governo que aí está. Eu, civil, não sou a metade educado como esses homens de farda que se controlam e cujo verbo eles aguentam. Eu não quero saber se o Coronel ganha R$ 30 mil ou R$ 40 mil, eu quero saber que o soldado não pode ter uma diferença muito alta; eu quero saber que eu, aposentado, com uma merreca de dinheiro, não quero ficar distante dos delegados. (*Palmas.*)

Senhores Deputados, poucos, mas tenho orgulho desta Casa. Percam, mas a população não vai perdoar. Moisés ficou dois anos sem gastar um centavo, está com a burrica cheia, mas não tem dinheiro para salvar o nosso soldado e o nosso policial civil da fome que está passando. Nós não tivemos aumento, gente! Guarde bem o que eu estou falando: nós não temos aumento há quase trinta anos. Quando falarem em aumento, pelo amor de Deus, peço desculpa e lembrem de mim. Nós tivemos reposição, mas merecemos

ANITA 200 ANOS

Página 130. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 123
Rubr.

aumento! (*Palmas.*) Há trinta anos nós não ganhamos aumento, população de Santa Catarina! Hoje, a inflação daria mais de 2.000% para o policial mais simples.

Então, está na hora de criar vergonha! Está na hora desses homens que aconselham o Governador... Governador, tu queres estar bem na pesquisa como, se o teu subordinado está passando dificuldade e se os nossos homens estão ganhando tiro para salvar a nossa população?! Eu não quero que vocês mostrem a força que vocês têm de simplesmente ficar em casa e cuidar da sua família, porque a hora que vocês fizerem isso, eu tenho pena do povo que já está abandonado. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Essa diferenciação, assim como teve hoje o Coronel Ricardo a sensibilidade e liberou vocês, estava tudo proibido, mas tiveram a sensibilidade de botar tudo para dentro.

Eu quero, policiais, que vocês não disputem entre vocês, nós temos que disputar é contra essa raça que fica botando pilha no ouvido do Governador e que nada pode. Onde é que estão os representantes do governo? Olha a consideração que eles têm por nós. Olha eu, que dei trinta anos de vida na Polícia Civil! Fui para rua, fui chamado de louco, louco, mas nunca fiz besteira. Onde é que estão os representantes? Os homens pagos pelo povo? Onde é que eles estão aqui, acompanhando os Deputados? Ah, não, esqueci, fizeram uma reunião ontem e trocaram por um jantar. O Governador está gastando uma fortuna no Palácio da Agronômica, enquanto os nossos homens estão passando fome.

Eu me sinto triste, é deprimente. Vamos nos unir, todos, civil, militar, bombeiro, todo mundo, porque este governo é muito pequeno e nós somos maiores do que eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) - Vamos abrir agora a palavra para os Deputados que estão presentes. O Deputado Ivan Naatz não pôde estar presente, mas deixou um vídeo, assim como também o Deputado Kennedy Nunes, que serão transmitidos aqui pelo telão.

(*Procede-se à apresentação de vídeo do Deputado Estadual Ivan Naatz, transmitindo a sua posição em defesa da aprovação do reajuste linear. Palmas.*)

Nós vamos abrir espaço para cinco pessoas para a réplica, a nossa assessora vai estar ali na porta para fazer a inscrição.

Agora eu vou passar o vídeo do Deputado Kennedy Nunes e, após, a gente vai para as réplicas e depois voltamos para os Deputados para a finalização.

Então agora vamos ouvir o vídeo do Deputado Kennedy Nunes.

(*Procede-se à apresentação de vídeo do Deputado Estadual Kennedy Nunes, manifestando o seu apoio total ao projeto do aumento linear. Palmas.*)

Enquanto as pessoas estão se inscrevendo, eu vou chamar mais um Deputado ou os que estão *on-line*.

Deputado Sargento Lima, você tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Muito obrigado, Deputado Jessé Lopes, Presidente desta audiência pública, a quem cumprimento, e cumprimento também o meu amigo que está sentado aí ao lado, o Deputado Bruno Souza, é sempre bom ouvi-lo falar sobre as pautas liberais. Sabe que nós comungamos de muitas delas, né? É importante que o cidadão catarinense tenha esse entendimento, apesar de que a gente tem que atender uma determinada fatia da sociedade, nós temos que nos preocupar com a sociedade de uma forma geral, então a gente não pode se afunilar em determinados assuntos.

Eu gostaria de parabenizar todos que estão participando, cumprimento também os demais Deputados que fazem parte desta audiência pública.

ANITA 200 ANOS

Página 131. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 124
Rub.

Eu quero começar a minha fala relatando uma coisa muito importante que aconteceu esta semana e que faz menção direta àquilo que nós estamos vivendo neste exato momento. Veio um recado muito forte da Capital do País, um recado muito forte de Brasília, de um ataque frontal ao Estado democrático de direito, quando cidadãos brasileiros foram feridos de morte no seu direito político. Isso é um recado muito forte e é um assunto que tem ligação direta com o que nós estamos discutindo aqui, pois existe uma parcela, sim, da sociedade, existe uma parcela, sim, de políticos que não quer ver militares fazendo parte do mundo político.

Então essa votação lá em Brasília mandou um recado... E detalhe, trata-se desse assunto que nós estamos falando aqui também, como se dissessem: olha, vocês não têm condições de dar um passo à frente. Se essa lei da quarentena tivesse em vigor em 2018, eu não estaria aqui agora, nem o Deputado Floriano estaria sentado agora aí, muito menos o Mocellin. Isso é um ataque frontal, mas frontal mesmo aos direitos políticos de pessoas que não cometeram crime algum! Então eu já deixo aqui a minha manifestação de repúdio a todos aqueles que participaram desse ataque ao Estado democrático de direito.

Em relação ao nosso assunto, vou deixar bem claro, não serei eu o Deputado que vai aprofundar ainda mais esse abismo que existe entre praças e oficiais. A todos aqueles que me procuram no meu gabinete eu deixo isso muitíssimo claro, eu não estou aqui para cavar um abismo profundo entre duas classes, distintas, sim, mas que deveriam viver num processo harmônico entre si. E para isso a gente tem que fazer uma cola que pode unir essas duas, deixar cada vez mais próxima, que é a Lei 254, que é clara na sua escrita, a doutrina é boa porque é fundamentada na equidade e naquilo que nos torna mais próximos de um projeto maior para o futuro da segurança pública do Estado de Santa Catarina, que embora alguns fechem os olhos, ela corre risco. A segurança pública do nosso Estado corre risco, inclusive de extinção da própria instituição, se nós começarmos a aprofundar cada vez mais esse abismo. Por isso a observância da Lei 254, que trabalha com a equidade, com a igualdade, e é isso o que nós temos que fazer, temos que nos aproximar mais e não cavar mais abismos.

O que me deixou muitíssimo preocupado foi a carta da Acors, talvez ela seja um indicativo muito preocupante, que é a certeza, Deputados e membros desta audiência pública, de um resultado de votação, ou seja, não se preocupem em dar o devido valor e respeito àquilo que está sendo discutido. Talvez surja um indicativo e o Deputado que não se preocupa com isso não deveria nem estar sentado nessa cadeira, muito menos passar pela frente dos portões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A certeza de resultado de voto é algo muito preocupante, talvez seja essa uma manifestação que nós devemos discutir em outro momento, entre os Deputados.

E, completando, eu não farei escândalo em cima das injustiças que os praças do Estado de Santa Catarina já viveram. São muitas, eu poderia aqui elencar problemas e histórias muito tristes, mas não vou fazer escândalo em cima das injustiças já vividas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Trinta segundos, Deputado, para a conclusão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – O que eu tenho que fazer aqui é mostrar minhas atitudes através dos projetos que eu apresento e dos votos, e de tentar convencer colegas a acompanharem a minha linha de raciocínio.

Bom, eu quero fazer posteriormente ao autor do projeto, o Deputado Bruno Souza, duas perguntas muito objetivas. Mas, antes, também quero dizer que se existe uma afirmação, Deputado Jessé Lopes, de que há um consenso entre os praças em relação a esse projeto apresentado pelo governo do Estado, de que existe consenso entre a grande

ANITA 200 ANOS

Página 132. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 125
Rub.

maioria, eu digo para vocês que essa afirmação é falsa, não existe essa situação de que todos estão concordando com isso. Eu, pelo menos, não vi isso até agora.

Quero relembrar também a nossa Polícia Civil, a nossa Polícia Judiciária, que durante o processo da incorporação da Iresa, e que eu contei com os membros que estão sentados aí na frente do senhor agora, com esses Deputados aí, eu contei com o apoio deles na formação da Comissão Mista que deu a possibilidade da incorporação da Iresa, aceitei o requerimento e eu mesmo procurei Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias para que tivessem... E, detalhe, faltavam três dias para rodar a folha da Polícia Civil, mas nós procuramos e eu contei com o apoio de cada um desses Deputados para que fosse feita a incorporação dela. Vamos nos lembrar disso no futuro.

Nós estamos discutindo algo muito sério aqui. Nós ganhamos muito mais se trabalharmos juntos do que separados, com cada um pensando naquilo que é bom para a sua carreira. Tanto isso é verdade... E quero chamar os meus amigos militares estaduais agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Deputado Lima, é preciso que o senhor conclua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Um minuto, Deputado Jessé.

Nós chamarmos para lembrar, porque se não fossem os nossos militares estaduais, federais e policiais que estivessem lá em Brasília votando, hoje a nossa situação da Previdência seria muito diferente. Então essa defesa da manutenção dos nossos direitos políticos é importantíssima também e nós vamos falar sobre isso posteriormente.

Duas perguntas ao Deputado Bruno Souza. O senhor apresentou o projeto, ele possui previsão orçamentária? Ele cria custos aos cofres públicos? Essas eram as perguntas para o senhor, para a gente poder conversar sobre isso.

Seria isso aí, Deputado Jessé Lopes, Presidente desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Obrigado, Deputado Sargento Lima.

Passo a palavra para o Deputado Felipe Estevão, por até cinco minutos.

(*Pausa.*)

Ah, ele não pôde ficar. Então passo a palavra para o Deputado Rudinei Floriano, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RUDINEI FLORIANO – Bom dia, Deputado Jessé Lopes, Presidente desta audiência, em seu nome eu cumprimento os demais Parlamentares aqui. Bom dia a todos os meus irmãos de farda. [*Transcrição Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Para se fazer entender em cinco minutos é meio complicado, tem bastantes coisas que eu fui anotando aqui durante a fala dos demais amigos, das pessoas que estão aqui participando. Realmente, este é o momento de se discutir, esta audiência tem a sua importância, mas nós temos que ser muito coerentes nas coisas.

Vou pontuar algumas coisas aqui. Eu vivo isso desde 2003 como associado da Aprasc e membro da diretoria regional norte, são dezesseis Municípios que a gente cuidou durante dois mandatos. Estive, subtenente Pawlick, na dezembrada, em 2008, passei meu Natal na frente do Batalhão de Balneário Camboriú junto com alguns irmãos, e quem conhece o Floriano, mais conhecido como Sargento Floriano, fui a subtenente há pouco tempo. Ingressei em 1996 como soldado, na época eu entrei na Polícia Militar ganhando menos do que eu ganhava na Consul, como operário. Tive que fazer bicos, como muitos irmãos fazem, cheguei a trabalhar em dois, três lugares para poder ter uma renda,

ANITA 200 ANOS

Página 133. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 126
Rub.

conseguir comprar o meu terreno e fazer a minha casinha. Então eu sei tudo, não adianta querer apontar o dedo, dizendo: Ah, não sabe o que está falando. Sei, eu sei. Entrei como soldado, nunca tive ajuda de ninguém, facilitações como tinha no passado que rodava gabarito, não. Passei por mérito, fui estudar, fiz cursinho, fui atrás.

Então assim, falar em equidade, falar em justiça, quem me conhece sabe disso, eu não quero ser conhecido por outro adjetivo que não ser justo, é isso que eu quero e duvido, duvido, pode ter igual, mas mais do que eu – e parte daquela diretoria, quando foi instituída a 254, lá na dezembrada – que respondi inquérito policial militar, como vários irmãos, então quem esteve ali naquela época sabe. Serei bem objetivo, precisaria de mais tempo, mas é só o tempo que a gente tem.

Primeiro, eu não participei de uma votação *on-line* que teve, que disse que foi perguntado sobre a reposição, não chegou para mim, não chegou, até onde eu sei desde que foi fundada a Aprasc, eu participei muito atuante, o que vale é a assembleia-geral. Então assim, a gente faz um acordo, entra em um consenso, depois chega ali e muda? Também não dá, isso é complicado.

Eu estou brigando há dois anos e meio na frente do Inmetro, o pessoal ali do governo já não suporta mais me ver. Se tiverem dúvida do que eu estou falando perguntem para o Secretário Tasca, o Secretário Eron, a Secretária Michele, o Secretário Paulo Eli, eles já não suportam mais nem me ver na frente deles.

No Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro), os servidores têm onze anos de casa, o salário bruto é de R$ 3 mil, eu estou há dois anos lutando por um reajuste, detalhe, esse valor que a gente está buscando quem paga é o Instituto Nacional, hoje não entra um centavo do governo do Estado para cobrir as atividades do Imetro, só que tem toda uma questão legal envolvida, são servidores do Estado, o recurso é federal, mas são servidores do Estado.

Tenho lutado, tenho visto como é que as coisas estão sendo tratadas dentro do governo. Hoje o consenso que tem dentro do governo é que cada categoria vai receber alguma coisa, não tudo o que quer. Também não é consenso que não para o meu telefone de tocar, é soldado que acabou de entrar, tem curso de Direito e já está estudando para ser oficial, ele já está pensando quando ele for oficial; é terceiro sargento, novinho, que se formou, mas já está pensando na carreira que ele vai chegar a subtenente; eu tenho recebido também amigos meus, terceiro sargento do quadro especial; cabos que têm também feito contato comigo, têm colocado o ponto de vista deles a favor da linear, mas não é consenso, gente.

Eu penso assim, em 2019 a gente já perdeu uma oportunidade, já era para estar ganhando os 17% há dois anos. Eu penso assim: a gente pega o que tem para o momento e vai atrás de mais. O que acontece? Se eu fosse insistente com o governo em relação ao Imetro, iria dar errado, não adiantava chegar lá e brigar com o Secretário Tasca, brigar com o Décio, brigar com o Paulo Eli, não iria dar certo. Isso já aconteceu em 2014, eles perderam R$ 1.800,00 em gratificação, tinha tudo para o Imetro ficar de fora de novo, alguns servidores que estavam querendo atravessar, foi uma luta para convencê-los, e eles queriam colocar o plano de carreira junto agora com esse acréscimo que a gente está buscando, esse prêmio de retribuição por desempenho da atividade.

Então a gente construiu, foram dois anos e oito meses lutando, vai ser uma realidade, vai ficar para a história, mas assim, a gente tem que chegar num consenso, eu quero que realmente, como foi falado, a 254 seja cumprida. Em dezessete anos, por que as dezesseis entidades da segurança pública não judicializaram? Com o escritório que a gente tem de advocacia forte, referência a nossa banca ali da Aprasc, por que não entraram com

ANITA 200 ANOS

Página 134. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 127
Rubr.

essa ação e judicializaram? Então assim, a gente tem que ser coerente, que ser justo, pegar o que tem para o momento e ir à luta, ir atrás, a gente não pode agora fechar as portas, daqui a pouco acontece igual a 2019.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra ao Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhores, muito bom-dia.

Primeiro eu deixo a minha homenagem e firmo meu compromisso com os nossos praças, a tropa de modo geral. Nós estamos aqui em Rodeio, eu e o Deputado Kennedy, no oeste catarinense, e por onde nós passamos nos Municípios do meio-oeste, aliás, todos os Municípios do Estado, vemos sempre a tropa firme e forte. Ontem, em Imbituba, estavam lá no caso de um policial baleado sempre combatendo a criminalidade.

O soldado que se abstém todos os dias do conforto do lar, que vai às ruas defender a nossa sociedade merece todo o nosso carinho e respeito. Desde que entrei no Parlamento tive esse comprometimento com a tropa, tive essa consciência de sempre fortalecê-los, e eles esperam há muito tempo essa reposição, sempre foi uma luta árdua de todos os policiais militares, até os da reserva e os da ativa, por essa reposição, vêm lutando há muito tempo.

Então eu quero parabenizar e louvar pelo projeto de emenda, pois quem está na linha de frente merece essa reposição. Como bem falei, o policial todos os dias se abstém, deixa a sua família, vai às ruas, às vezes fica longas horas na viatura, merece essa reposição, e eu quero declarar aqui total apoio à emenda.

Há três pontos: não há vício de origem; segundo ponto, é constitucional; e terceiro ponto, não fere a isonomia constitucional. Então declaro aqui meu apoio incondicional, eu acho que os praças não podem ceder assim, eles têm que lutar, tem que se posicionar, nós queremos apoiar e estar com vocês nessa luta, não esmoreçam, é uma luta justa, estamos aqui de mãos dadas com vocês nessa batalha pela reposição linear, não esmoreçam, estamos juntos.

Parabéns, Deputado Jessé e os demais Parlamentares, o Deputado Kennedy, que está engajado nessa luta, e eu quero aqui engrossar as fileiras com vocês para que venhamos a fortalecer a nossa segurança pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Nós vamos fazer agora as réplicas. As cinco pessoas que se inscreveram têm dois minutos [para a manifestação], depois o Deputado Bruno e eu faremos a finalização deste evento.

Passo a palavra para a senhora Margareth Hach Pratts, diretora da Associação dos Subtenentes Militares Estaduais, Associação Triângulo Dourado.

A SRA. MARGARETH HACH PRATTS – Eu peço, Deputado, que a minha réplica seja direcionada ao doutor Alberto, que é o mestre que veio à rede em linguagem técnica e jurídica, e aponto a ele alguns pontos para que a gente possa talvez responder à pergunta que fez o Deputado Floriano, na sequência.

Por que não ter judicializado a 254? E eu afirmo, a legislação 254 foi votada em 2003, nessa data recebíamos soldos nas corporações e inúmeros penduricalhos, que faziam que, sim, Deputados, esse salário se transformasse em um absurdo, em que soldado ganhava R$ 100,00 e o cargo lá em cima com os penduricalhos ganhava R$ 1.000, nessa proporção. Acontece que no advento da Lei nº 614, em 2013, todos os penduricalhos foram adicionados à legislação, buscando o patamar máximo de subsídio permanente e nascendo

ANITA 200 ANOS

Página 135. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 128
Rubr.

nesse momento no Estado o novo regime jurídico de subsídios, escrito na Lei nº 614, na Lei nº 609, artigo 11 e nas demais legislações.

A Lei nº 614, conforme o artigo 105-A da Constituição do Estado, está lá escrito no artigo 23, se eu não fugi da escola, mas é por ali, que o subsídio ficou impossibilitado de ser respeitado, nobres Deputados. Eu queria pedir apenas que fosse olhada, que não é que não queira ser aprovada a linear, Deputado, mas que ela infelizmente pelo advento da Lei Complementar do Subsídio da Lei nº 614, ela é, doutor Alberto, tacitamente revogada, ela não se aplica neste momento por conta do novo sistema que foi aplicado que é o sistema de subsídio. Nós precisamos sentar, conversar e corrigir essa deficiência, (*manifestações da plenária*) não que não se tenha direito, mas que se possa refletir.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra ao sargento Sobrinho, suplente de Vereador do Município de Lages, por até dois minutos, por favor.

O SR. SARGENTO SOBRINHO – Boa tarde, senhores.

Cumprimentando o Presidente em exercício, assim o faço a todos os Deputados, as associações, aqui na pessoa do sargento Facenda, que este, sim, me representa, como 3º sargento.

Senhores, povo do Estado de Santa Catarina, a segurança pública vai muito além do que nós estamos discutindo aqui hoje, fatiou-se a segurança pública, a segurança pública está doente. Nós vemos hoje em todo o interior um custo próprio sem onerar nenhuma associação ou qualquer outra entidade, para vir aqui e ser vez e voz e dizer o seguinte: nós queremos somente o que é do nosso direito, se esta Casa entender, assim como os senhores Deputados, a coisa mais justa hoje é a linear.

Eu vou falar uma realidade da minha cidade do interior, tem policial catando latinha para sobreviver, existem pessoas acamadas, que nem a nossa própria associação, sargento Facenda, pense no futuro, está dando assistência adequada aos nossos policiais e aos bombeiros militares, aos pensionistas.

Chega dessa discussão, nós estamos há oito anos procurando um direito que é nosso, uma reposição, ninguém está discutindo aumento. Saímos de casa, não sabemos se vamos voltar, e as pessoas que vão para a reserva continuam sendo policiais e bombeiros, é uma marca que nós vamos levar para o resto da vida. Nós dormimos ainda com o pijama da segurança pública, nossos filhos sempre dizendo que foram filhos de policiais da segurança pública. Pensem no que vocês estão fazendo com a segurança pública. Nós, do interior, estamos sofrendo já há vários anos com o descaso na segurança pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra para o soldado Teixeira, do 21º Batalhão. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

O SR. SOLDADO TEIXEIRA – Primeiramente quero desejar um bom dia a todos, agradecer a iniciativa do Deputado por estar promovendo isso, que é um momento histórico aqui na carreira dos praças, um momento histórico para todos.

Por mais que eu seja novo de polícia, posso afirmar uma coisa aqui para todos: as injustiças que os praças passam hoje são históricas e tanto o governo quanto o Parlamento têm a oportunidade de mudar essa história e fazer uma nova marca. Acredito, sim, que a linear vá trazer uma justiça, porque historicamente os policiais estão passando necessidade. Eu estou cansado de ver nos grupos de WhatsApp policiais colocando que estão passando necessidades e tem um momento certo, que é este momento, de fazer essa justiça.

ANITA 200 ANOS

Página 136. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 129
Rub.

Talvez a condução dessa linear, da proposta do governo, pudesse ser feita de uma maneira melhor. Se ele tivesse proposto a linear já baseado no valor do subtenente, não estaria existindo essa divisão. O que me parece é que essa divisão interessa a muitas outras pessoas e não à nossa coletividade. Mas temos, sim, um momento em que muitas pessoas vão ter que sangrar na carne para poder, em compasso de outro, ter essa vantagem, que é uma vantagem que é uma justiça. A 254 não é colocada em prática e os militares estão padecendo. É como se hoje um militar que ganhasse R$ 1.000,00 estivesse ganhando cerca de R$ 500,00, R$ 400,00. A defasagem está grande, as contas aumentam, o índice IPCA, a taxa Selic todo ano aumenta e o policial militar cada vez mais passando necessidade.

Então acredito na força do Parlamento, acredito na Justiça, acredito que deve, sim, ser feito o que é melhor para toda a categoria.

Mais uma vez agradeço a oportunidade, agradeço essa oportunidade de manifestação, agradeço a todos que vieram, saíram da sua casa, de longe para tentar mostrar que a voz do praça é essa, que o praça tem a coletividade, tem a maioria dentro do Parlamento e que deve ser ouvida a sua voz.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra o senhor Raimundo Antônio Lóch, 3° Sargento da PM.

O SR. RAIMUNDO ANTÔNIO LÓCH – Saúdo todos os presentes, o Deputado Jessé e os demais aqui que representam as associações.

Eu quero apenas fazer uma retrospectiva: quando existe alguma movimentação no governo em relação a salário e a plano de carreira, o praça sempre vai ficar na mesma. Só troca seis por meia dúzia e diminui dois, fica com quatro. Então o praça sempre teve problema.

Eu lembro de um tempo atrás, não vou citar data, em que o praça recebeu R$ 200,00 e os oficiais receberam R$ 2.000,00. Teve policial cortando os pulsos, porque sempre houve injustiças. Nós tivemos aí um tal de 13% de quem tinha graduação, pós-graduação, e 90% dos oficiais já tinham pós-graduação, e na hora que a lei saiu, no outro dia eles já estavam ganhando. E nós corremos para as faculdades para fazer pós-graduação junto com a faculdade e quando nós começamos a ganhar, mudou-se a lei e tiraram tudo. (*Palmas.*)

Aí inventaram a Lei da Permanência, porque faltava policial. O policial ficava um ano, ganhava 5%. Quando os policiais começaram a se aposentar com 25%, ganhando um dinheirinho para comprar Cibalena para dor de cabeça, aí mudaram a lei, acabaram com tudo, tiraram o nosso vencimento. Mas a maioria dos oficiais, dos coronéis já tinha 25% garantido, porque a maioria deles ficava em alguma cadeira por aí.

E outra coisa, senhores Deputados, os senhores têm que fazer justiça com os praças, com quem faz segurança pública, porque um oficial com dezesseis anos é tenente-coronel e ele fica quinze anos ganhando como tenente-coronel (*palmas*), e eu como soldado fui promovido com trinta anos a 3° sargento para ganhar um salário, um posto acima, e acabaram de novo!

(*Discurso interrompido por término do horário acordado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra agora o senhor Eufrásio, cabo PM do Município de Balneário Rincão.

O SR. EUFRÁSIO – Bom dia, senhores, quero agradecer a Deus por estar aqui, agradecer aos senhores e dizer ao senhor Deputado: o senhor sabe o que é ter um companheiro se suicidando? O senhor sabe o que é ter suicídio dentro da sua OPM? O senhor sabe o que é ser rejeitado pela sociedade? É isso o que os praças sofrem. Deputado,

ANITA 200 ANOS

Página 137. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 130
Rub. 18

infelizmente o senhor não sabe o que é viver como praça. E eu, de 2005 a 2018, atendi seis tentativas de suicídio, de militares, praças. O senhor já viu algum oficial se suicidar? (*Palmas.*)

Senhores, é muito grave! A minha folha de pagamento este mês veio com setecentos e pouco de desconto médico. A minha esposa fez agora uma cirurgia de R$ 28.000,00. Quando vem o desconto na minha folha e de quanto?

Senhores, pensem, analisem com cuidado, porque o praça é quem defende, é quem está na rua. Os praças é que estão nas ruas lhes defendendo, aos senhores e as suas famílias. Então vamos tomar cuidado, porque nós dependemos uns dos outros, os praças dos senhores e os senhores dos praças.

Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra o último para réplica, Deputado Floriano. Depois vamos aos encaminhamentos com o Deputado Bruno e com o Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RUDINEI FLORIANO – Então, pessoal, é como eu falei, não tenho medo de ser criticado, eu sou um cara que sou pelo certo, justo.

Talvez os mais antigos da Aprasc lembrem disso. Eu fui voto vencido, muita coisa na diretoria era feita por uma meia dúzia, e na época foi trocada a nossa remuneração, cheia de penduricalho com triênio, com adicional noturno, tudo isso que foi falado eu também perdi. E foi trocado nos bastidores, o acordo que foi feito, trocado pelo 2° Jurunato, 1°Jurunato era até cabo, 2° Jurunato foi até 3° Sargento. Foi uma briga na época, mas assim foi aceito.

E nós estamos falando de reposição inflacionária. A inflação é igual para todo mundo, é do soldado ao Coronel, ao Governador, ao Presidente da República, inflação é inflação (*Vaias.*). Agora, o que tem que ser visto é o seguinte... Não adianta vaiar, o que vocês estão fazendo aí, eu participei de muitas audiências aqui nesta Casa com a Aprasc, eu sei o que eu estou falando. Então assim, eu respeito vocês e eu quero respeito também.

Fala-se da 254, mas nunca ninguém judicializou; a banca de advogados da Aprasc é respeitada em tudo, mas nunca pensou nisso, e já tem que pensar. A Acors, são dezesseis associações entre soldados, oficiais e praças, e a situação agora é a questão da linear.

A gente precisa de um plano de carreira justo. Eu tenho defendido isso há muito tempo, que a carreira de soldado a subtenente tem que ser automática, e eu defendo até mais, que a carreira seja única. A gente bate nisso há muito tempo, então tem muita coisa para ser resolvida. A gente vai por partes, quem quer tudo às vezes fica sem nada e isso já aconteceu no passado recente. Então o praça muitas vezes não aprende com os próprios erros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra agora o Deputado também proponente da emenda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Só para não esquecer dos questionamentos, porque além de policiais militares, também tem toda a população que está muito interessada em como isso aí vai impactar.

Então eu gostaria só de reforçar o meu pedido ao Deputado Bruno em relação aos questionamentos que eu levantei durante a oportunidade da minha fala.

Muito obrigado.

ANITA 200 ANOS

Página 138. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 131
Rub.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Sim, senhor, Deputado Sargento Lima, será lembrado na fala do Deputado Bruno Souza, que tem a palavra agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Primeiramente eu vou, de forma objetiva, responder ao Deputado.

Eu sou muito criterioso com tudo o que assino, eu estudo muito cada matéria que assino, por isso inclusive que a minha posição inicial, quando essa ideia do reajuste aportou nesta Casa, foi que era inconstitucional. Vou construir agora um raciocínio para mostrar que, na minha opinião, é constitucional. Eu sou muito criterioso, eu não voto aqui nada que seja inconstitucional. Talvez quem seja das associações acompanhem os meus votos e sabem que eu voto de uma forma que agrada e outras vezes uma forma que lhes desagrada, porque eu sigo o que eu acredito ser o constitucional.

É muito simples, a constitucionalidade é a parte mais simples para mim. Eu vejo a jurisprudência, analiso o que nós temos na letra da lei e decido o meu voto. O impacto financeiro também para mim é a mesma coisa, é algo estritamente importante. Eu sou contador, essa é a minha formação, eu me importo muito com o financiamento do nosso Estado, com o nosso orçamento público, e posso lhe assegurar com certeza que essa proposta não tem impacto adicional nenhum além daquele que o governo mandou para esta Casa. Não há impacto adicional nenhum, não aumenta o valor da proposta.

Então, com muita segurança nesse critério, para mim, nós estamos resolvidos, nós usamos realmente o mesmo valor e fazemos apenas uma distribuição diferente – e eu sempre lhe agradeço pela sua participação, o Deputado é muito atuante e muito rigoroso também nesses critérios e agradeço pela pergunta.

Eu quero começar a minha fala antes fazendo um desagravo. Eu lamento muito a posição de algumas entidades que não se fizeram presentes hoje aqui, usando como justificativa que já havia um acordo. Eu quero dizer para essas associações que acordo nenhum com a sociedade catarinense se faz sem o plenário desta Casa. (*Palmas.*) Quem faz acordo com a sociedade catarinense é o plenário desta Casa. Qualquer acordo entre partes que não incluam a Assembleia Legislativa, só é válido entre as partes que acordão, mas não com o Estado de Santa Catarina, é aqui que tem que ser construído.

Dito isso, sou o autor, junto com o Deputado Jessé Lopes, da proposta de reajuste linear porque cheguei à conclusão de que ela é correta. E quero agora explicar por que acredito que ela é correta.

Na minha visão, ela é correta primeiramente porque existe uma lei que justamente regra sobre a diferença entre a remuneração do salário mais alto e o mais baixo. Ora, eu falei para os senhores desde o começo que eu sou criterioso, na hora de apertar o botão do sim e do não nessas cadeiras, que muitos estão agora, eu penso muito bem sobre o que estou votando, e para eu dar o meu sim é porque eu quero e acredito que essa lei será válida.

Se nós estamos aprovando leis e essas leis não são para terem valor, para serem colocadas em prática, por que estamos aprovando as leis então? Ela deveria ter sido rejeitada, então, quando da ocasião, mas uma vez que nós aprovamos, a lei tem que ter força, tem que ser válida. Se nós aprovamos uma lei, ela tem, sim, que valer alguma coisa. É muito irônico que justamente nós estejamos discutindo a aplicação de uma lei naquele setor que é o responsável pela aplicação das leis. (*Palmas.*)

Se essa lei está em vigor há tanto tempo, ela tem, sim, que valer no Estado de Santa Catarina. Eu não tenho dúvida disso. O governo, ao não questioná-la, aceitou-a; ao não questionar durante tanto tempo, o governo diz que ela é válida. Se não questionou é porque

ANITA 200 ANOS

Página 139. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 132
Rub.

ela é válida. (*Palmas.*) [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Eu ouvi aqui alguns argumentos sobre a Lei Complementar 614, mas ela é de 2013, senhores. E eu tenho aqui em minhas mãos, rapidamente pesquisando na jurisprudência, diversos agravos que são posteriores a 2013 e que fazem referência à ADI 4.009, que justamente se baseia na legalidade do artigo 27 da Lei 254, de 2003. Não bastasse isso também, tenho em minhas mãos todas essas jurisprudências, do Ministro Roberto Barroso, da Ministra Cármen Lúcia, da Rosa Weber, e todas são direcionadas no mesmo caminho: entendem que esse tipo de reajuste que estamos propondo aqui, como linear, abre aspas, "não viola o princípio constitucional da isonomia, nem da revisão geral anual a concessão de reajustes salariais setoriais com o fim de corrigir eventuais distorções remuneratórias".

Ora, o Estado de Santa Catarina, por meio deste plenário, decidiu em 2003 que uma distorção acima de quatro vezes é uma distorção remuneratória. Portanto, esta Casa tem em suas mãos agora uma possibilidade – e aí começo a entrar no mérito – de colocar e fazer valer uma lei que esta Casa aprovou (*palmas*). Esta Casa tem a possibilidade agora de usar os poucos recursos, entretanto que pesam muito para a sociedade, para fazer uma correção nessa distorção, como diz a própria decisão, remuneratória ou fazer com que essa distorção continue da forma como está.

Não se trata aqui de tentar igualar funções diferentes, nada disso, porque os salários vão continuar diferentes, as remunerações vão continuar desiguais. Nós estamos falando apenas da correção de uma distorção, da limitação de uma distorção. Os recursos não são capazes de dar aumento, de fazer com que todos ganhem muito. Infelizmente a realidade se impõe, a aritmética se impõe, então temos que pensar em como usar os poucos recursos que temos.

Sendo assim, agora me coube a decisão, diante desse projeto de lei, de como me posicionar, e o meu posicionamento foi para usar os... Já que o projeto é, sim, constitucional, é legal e quem disser o contrário está apenas tentando debater por outros meios ao invés de dizer que é contra o reajuste linear. Sendo assim, se é legal, eu decidi que nós devemos usar os nossos poucos recursos, mas que pesam muito para sociedade catarinense, para tentar corrigir essas distorções.

Então, por isso o meu posicionamento e o meu voto será favorável, até mesmo porque sou um dos proponentes desse reajuste linear – não querendo desmerecer função alguma, mas porque entendo que além de ser legal, é meritório.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*O Deputado Estadual Bruno Souza assume a presidência dos trabalhos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Bruno Souza) – Passo a palavra para o Deputado Estadual Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Senhoras e senhores, estamos aqui hoje para debater como reformular uma injustiça que o Governador mandou para esta Casa.

Primeira coisa, eu anotei algumas questões. Não é cabível o medo de alguns ao acharem que agora, por estarmos cobrando algo diferente daquilo que o Governador mandou para esta Casa, podemos perder a oportunidade de fazer essa reposição. Ela é muito diferente da situação do ano anterior, 2019, quando ainda lá em conversa com Governador se pediu um aumento. Não é esse o caso. Este caso já está na Casa e nós temos a prerrogativa de debater aqui, e nós estamos fazendo isso com responsabilidade e constitucionalidade. Ainda que haja divergências na questão da 254, elas impedem da linear ser aprovada e ser sancionada pelo Governador, apenas está dando brecha para que

ANITA 200 ANOS

Página 140. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 133
Rub.

essa discrepância continue. Ou seja, quando o coronel bateu 33, que é o limite, ninguém mais vai poder ganhar aumento de salário, porque o coronel já bateu o limite. Aí os praças nunca mais vão poder reposicionar, porque os coronéis não podem mais aumentar seus salários? Isso está errado, essa visão está errada.

Nós estamos aqui, sim, para debater a justiça que pode ser feita nesse momento. E é triste ver o governo do Estado fazer uma tática de esvaziamento, porque não mandou nenhum representante aqui. Falta de respeito com quem veio aqui, falta de respeito com os Deputados, porque não fomos ouvidos. Nós conversamos com a SEA, conversamos com o Papa, conversamos com quem... não conversaram com os Deputados, ninguém falou comigo e eu não vou abrir mão da minha prerrogativa de fazer uma emenda junto com o Deputado Bruno nesse PLC (*palmas*).

Nós estamos falando, senhores, de uma reposição salarial inflacionária, não é aumento de salário, é uma reposição inflacionária. E quem sente mais a inflação? Aquele que ganha menos ou aquele que ganha mais? É lógico que é quem ganha menos, não há dúvida alguma. O preço do pão, como alguém disse aqui, é o mesmo para os dois. Quem sente mais? Quem ganha menos. E se é uma reposição inflacionária, é isso que temos que fazer: valorizar quem ganha menos. Por que quem já ganha R$ 27 mil tem que ganhar R$ 5,6 mil de reposição, e quem ganha R$ 4 mil, tem que ganhar R$ 1,4 mil? Que justiça é essa? Que falta de empatia dos seus colegas em achar isso justo! (*Palmas.*)

Esta é uma Casa democrática e trago números democráticos para vocês. Com a proposta do governo, no IGP, 382 pessoas se beneficiariam, enquanto a linear beneficia 415 pessoas; na Polícia Civil a proposta do governo vai beneficiar 688 pessoas, enquanto a linear vai beneficiar 4.026 agentes; no Corpo de Bombeiros, são 657 que vão se beneficiar com a proposta do governo, com a linear 3.286; e na Polícia Militar, senhores, a proposta do governo, junto com os subs – os números que falei dos bombeiros militares também estão junto com os subs – vai contemplar 2.934, privilegiar 2.934 militares; e os praças, 16.593 mil. Isso é democracia. (*Palmas.*) São 23.302 mil funcionários sendo beneficiados com a nossa linear enquanto 4.661 serão privilegiados com a proposta desse governo. O que é democrático? O que é democracia neste momento em que é uma reposição salarial inflacionária?

A Aprasc, com todo o respeito, em todas as suas demandas teve o meu apoio, mas hoje não tem meu apoio, porque a Aprasc não representa 90% dos seus associados hoje, aqui, e é dever moral... (*palmas*) É dever moral da Aprasc defender a sua maioria, porque isso é democracia. Eu não consigo entender a falta de empatia dos colegas neste momento, que entendem quem ganha menos. Eu tenho certeza, eu falei de números aqui, que tem muitos oficiais que são a favor da linear, porque sou amigo de coronéis, de subs que também são a favor, e de outros oficiais que também são a favor da linear. Então é uma minoria que quer a composição do governo, se por medo, estão enganados. Se alguém falou isso para vocês, é um covarde em dizer que vai tirar a proposta se ela não for aprovada como foi mandada para cá. Covarde, Governador Moisés! (*Palmas.*)

O que peço aqui, na nossa linear, é que possamos neste momento valorizar quem está na viatura, aquele que muitas vezes tem que pagar advogado para se defender de processo injusto, muitas vezes ideologizado. O oficial, quando entra na Polícia Militar, tem a certeza de que vai se aposentar como coronel, enquanto os praças nem sabem se vão chegar a se aposentar (*palmas*), além de contar com um belo plano de carreira. Por que não agora, neste momento, Deputados, valorizar a base? Nós podemos fazer justiça hoje, basta a boa vontade do Governador, a sensibilidade dos Deputados e a empatia dos colegas de

ANITA 200 ANOS

Página 141. Versão eletrônica do processo PLC/0012.0/2021.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Fls. 134
Rubr.

vocês, praças. Dessa forma vamos colocar aqui e vamos aprovar a linear que é justa, que é moral e é constitucional.

Força e honra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado, Deputado Jessé Lopes, pelas manifestações.

Esta audiência pública se encaminha para o encerramento, mas antes de encerrar gostaria muito de agradecer a presença de todas as partes, daqueles que concordam, daqueles que discordam, isso faz parte do Parlamento, do trabalho. Eu dou minha saudação especial a todos que vieram de longe também para participar e parabenizo também aqueles que têm uma posição divergente e tiveram coragem aqui de sustentar as suas manifestações. Isso também é importante, faz parte da construção do conhecimento e dos encaminhamentos. Geralmente sou eu que estou nesse posicionamento, de ser o discordante, então sei que isso também exige coragem da parte de vocês, aos quais dou os meus parabéns. E também dou os meus parabéns a todos os praças que estiveram presentes.

Muito obrigado a todos os Deputados e a discussão continuará. Agora cada Deputado tem mais conteúdo para formar a sua opinião. Eu, como deixei claro, tenho uma opinião muito clara formada a esse respeito, os Deputados também tiveram a possibilidade de deixar o seu posicionamento e os próximos dias dirão o que a Assembleia Legislativa irá fazer.

Muito obrigado a todos, tenham um bom-dia, e nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ANITA 200 ANOS